

Ampliação do conceito de cidadania e da conscientização sobre o Patrimônio Cultural no ensino profissionalizante

Alexsandro de Sousa Bandeira*

Katia Guimarães Sousa Palomo**

Introdução

O mundo vivencia substanciais perdas em seu patrimônio cultural. As mais expressivas envolvem o incêndio no Castelo de Shuri, no Japão (2019); o incêndio na Catedral de Notre-Dame (2019), em Paris, na França e, no Brasil, casos como o estrago provocado no patrimônio histórico e religioso de Mariana – MG pelo rompimento da barragem de rejeitos (2015), o incêndio ocasionado por um aparelho de ar-condicionado no Museu Nacional no Rio de Janeiro – RJ (2018), e o incêndio que destruiu recentemente parte do acervo da Cinemateca Brasileira em São Paulo (2021). Todos são exemplos desses danos à preservação da história e da cultura de povos.

O Brasil tem uma diversidade cultural riquíssima, evidenciada por características, costumes e sotaques de cada região. De acordo com Myanaki et al. (2007, p. 08), cultura tem como definição: “[...] o conjunto de crenças, costumes, valores espirituais e materiais, realizações de uma época ou de um povo, manifestações voluntárias que podem ser individuais ou coletivas pela elaboração artística ou científica”.

No Brasil, a importância da cultura é ressaltada pela Constituição Federal vigente, em seu art. 23, inciso quinto, ao afirmar que é competência comum dos entes federativos: “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à

* Possui especialização em Arquivo: Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural pela Faculdade Unyleya, e Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Cruzeiro do Sul. É graduando em Arquivologia pela Universidade de Brasília e egresso do curso Técnico em Serviços Públicos do Instituto Federal de Brasília. E-mail: oi@alexbandeira.com

** Docente do Instituto Federal de Brasília, na área de Administração. Graduada em Direito pelo UniCEUB, Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Pós-graduação em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrado em Administração pela Universidade de Brasília, Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília.

E-mail: katia.palomo@ifb.edu.br

tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 1988). A esse respeito, Guzzo (2008, p. 16) questiona o porquê de não se estudar amplamente o Patrimônio Cultural nas salas de aulas regulares de ensino, já que o “[...] nosso país tem um patrimônio riquíssimo, que não é preservado como deveria exatamente pela falta de conhecimento da população”. Para a autora, a Educação Patrimonial deve estar inserida no plano de ensino escolar, buscando-se desenvolver um trabalho para que a memória não seja abandonada, pois, sem memória, nós perdemos nossas características culturais e, facilmente, nossa identidade.

O ensino da cultura é previsto, em nível nacional, pela Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabelece que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da “[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1996). Além disso, a Secretaria de Educação do Distrito Federal instituiu, por meio da Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016, a política de Educação Patrimonial, tendo como princípios básicos: a memória, a identidade, a preservação, o pluralismo, a acessibilidade, a valorização, a formação e a inter, multi e transdisciplinaridades (DISTRITO FEDERAL, 2016). Já no âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB), a Resolução nº 14/2014, do Conselho Superior do IFB, instituiu a Política de Assistência Estudantil do IFB (IFB, 2014). Conforme o anexo III, a valorização da cultura local e regional é um dos objetivos do Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer discente (PINCEL) da instituição.

Assim, diante da relevância da temática, nasceu o projeto “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural”, por iniciativa de estudantes dos cursos Técnico em Serviços Públicos e Tecnólogo em Gestão Pública, sendo financiado pelo programa PINCEL, do Campus Brasília do IFB. O projeto teve como principais atividades a organização de palestras sobre o tema e visitas técnicas em espaços culturais de importância histórica e cultural existentes em Brasília. Mesmo fazendo parte do currículo dos cursos técnico e tecnólogo da área de gestão pública do IFB, muitos estudantes não reconheciam a importância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou conceitos básicos relacionados, como as diferenças existentes entre um patrimônio material e imaterial, além de nunca terem visitado o Memorial Juscelino Kubitschek e o Museu Vivo da Memória Candanga, espaços de grande relevância histórica nacional e local, respectivamente.

Ante o exposto, buscou-se identificar as contribuições do referido projeto no nível de conscientização acerca da preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, o qual foi desenvolvido no âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB).

Com vista a conhecer o nível de consciência dos participantes sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro, foi aplicado o primeiro questionário para identificar o nível de conhecimento e de conscientização preexistentes sobre a temática do patrimônio cultural e seus principais elementos. Após as palestras e as visitas, um segundo questionário foi aplicado para a avaliação de possíveis alterações nas percepções dos estudantes. Cerca de um ano após o projeto, um terceiro questionário foi aplicado para analisar a efetividade das contribuições no nível de conscientização dos participantes do projeto.

Após o levantamento dos dados e da tabulação com o auxílio de planilha eletrônica, foi possível identificar que as ações aplicadas no projeto “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro” contribuíram para o aumento do nível de conscientização e valorização do patrimônio cultural dos participantes, ampliando o conceito de cidadania e consolidando a formação dos atuais e futuros profissionais do serviço público.

O estudo em questão foi de grande relevância para os estudantes da educação profissionalizante do IFB, no que se refere à verificação do nível de conscientização sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro. Ademais, a inclusão contínua de ações semelhantes no planejamento pedagógico, apoiadas por políticas de preservação do Patrimônio Cultural, poderão contribuir com a valorização da cultura local e regional, colaborando para a formação acadêmica e cidadã dos futuros profissionais.

Patrimônio Cultural e sua preservação

O termo cultura é, normalmente, associado à literatura, à culinária, ao cinema, à arte, e a outras habilidades que os indivíduos desenvolveram ao longo da vida (GERALDO; CARNEIRO, 2015). Nesse sentido, Laraia (2001) afirma que todo indivíduo aprende seus comportamentos no ambiente em que vive desde o seu nascimento, sendo esse processo chamado endoculturação.

À luz dos estudos de Laraia (2001), a herança cultural condiciona o indivíduo a reagir negativamente em relação ao comportamento distinto dos padrões ensinados e aceitos por sua comunidade. Por isso, as culturas diferentes são discriminadas e tidas como menos legítimas. Conforme o autor, é importante compreender as diferenças entre povos de culturas distintas, a fim de evitar comportamentos preconceituosos. Assim, o futebol, um show ou uma feira coberta não são menos culturais do que um museu.

A esse respeito, Hudson e Costa (2018, p. 22) ressaltam a importância da preservação do patrimônio cultural:

A preservação do patrimônio cultural tem importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento de um povo. Os bens culturais guardam informações, significados, mensagens, registros da história humana – refletem ideias, crenças, costumes, gosto estético, conhecimento tecnológico, condições sociais, econômicas e políticas de um grupo de determinada época.

A promoção das expressões culturais de todos os grupos sociais precisa ser reconhecida pelo Estado e pelos governos como fundamentais para o processo de ampliação da cidadania, dos direitos e deveres de um povo; portanto, deve ter o incentivo necessário à participação da população no processo cultural. De acordo com Amaral (2019), a cultura é essencial ao desenvolvimento do país e ao respeito à diversidade cultural, de forma a reforçar o compromisso com a democracia. Nesse sentido, a educação desempenha um papel imprescindível, subsidiando o desenvolvimento crítico, gerando o avanço civilizatório e a valorização da cultura de um povo.

Em 1937, surgiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com o objetivo de proteger e promover os bens culturais, atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (BRASIL, 1937). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o artigo 216 ampliou a conceituação do patrimônio cultural brasileiro, abrangendo, também, bens de natureza material e imaterial.

Para que haja a preservação do patrimônio, é importante que ele seja conhecido, como evidencia Peregrino (2012, p. 4), ao afirmar que “[...] a forma de se garantir a preservação dos valores culturais da sociedade e a inserção do patrimônio cultural no cotidiano das comunidades passa necessariamente por ações voltadas para a sensibilização dos cidadãos [...]”.

Desse modo, as instituições de ensino têm o papel essencial de viabilizar a cidadania, a cultura e a capacitação proporcionando o conhecimento e ações necessárias para contribuir com essa construção, por exemplo, com visitas técnicas, palestras, debates, de modo que o estudante assimile o conteúdo ministrado em sala de aula, desenvolva o pensamento crítico, conscientizando-se acerca dos seus direitos e deveres como cidadão. Nessa perspectiva, Maltêz et al. (2010, p. 42) afirmam, que “[...] as noções de reconhecer-se, respeitar e, principalmente, preocupar-se em preservar um patrimônio histórico-cultural encontram-se intrinsecamente ligadas aos sentimentos de pertencimento e reconhecimento”.

Educação Patrimonial: uma ferramenta educacional

Segundo Peregrino (2012), as atividades pedagógicas contribuem para o processo de valorização do patrimônio cultural brasileiro, ao promover, no estudante, tanto a noção de cidadania quanto o sentimento de pertencimento e de apoderamento. Estes são elementos essenciais para a sensibilização do povo e ao favorecimento da proteção do patrimônio cultural. Tais práticas são denominadas Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial é toda atividade que tem como foco o Patrimônio Cultural, incentivando o seu reconhecimento, preservação e valorização (IPHAN, [20--?]).

Segundo Rocha (2013), a concretização da preservação do patrimônio se dá por meio da Educação Patrimonial, discutindo e compreendendo a importância de preservação da memória. A educação pode promover outra maneira de se olhar um bem, buscando o reconhecimento da comunidade para a valorização e a preservação do patrimônio local. Além do reconhecimento de identidades, a educação patrimonial também contribui para o crescimento e a transformação social e cultural.

No Brasil, a biblioteca, o arquivo e o museu se destacam por serem instituições que colaboram com a preservação da história contida em seus acervos (SILVA, 2006). Lipovetsky e Serroy (2015) analisam que os museus são abertos como afirmação de identidade e atrativo para turistas, de forma que a quantidade de museus no mundo aumenta 10% a cada cinco anos. O Brasil possui, hoje, 3.790 museus, segundo dados do Instituto Brasileiro de Museus ([20--?]).

Zanirato (2009) afirma que a educação é uma ferramenta valiosa, devendo ser utilizada para promover o pensamento crítico sobre a importância da preservação das memórias passadas. Ganzer (2005, p. 86) reitera que sair do ambiente escolar e ir para outros espaços culturais é importante para os estudantes, pois “[...] provoca o gosto pela descoberta das impressões sensoriais, a curiosidade e o prazer”.

Dessa forma, considera-se que visitas técnicas a museus e lugares históricos auxiliam na promoção do conhecimento e do comprometimento do discente na preservação do patrimônio a partir de aulas práticas, com cunho educacional e cultural ao incentivar a valorização, o pertencimento a uma cultura, o desenvolvimento de uma identidade cultural e a ampliação da consciência acerca dos direitos e deveres como cidadãos.

Contribuições do IFB para a valorização do Patrimônio Cultural e o Projeto “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro”

As atividades de valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro no Instituto Federal de Brasília (IFB) vão além da sala de aula, a exemplo da parceria entre o IFB, campus Samambaia, e a Superintendência do Iphan, no Distrito Federal, para a restauração de móveis históricos do Palácio do Itamaraty. Além disso, o IFB oferece apoio financeiro a projetos estudantis por meio do Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer discente – PINCEL.

Em 2019, um grupo de discentes idealizou e realizou o projeto “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro”. Esse projeto propôs a realização de palestras e de visitas técnicas para estudantes da educação profissionalizante, com o intuito de demonstrar a importância da conscientização sobre a preservação do patrimônio histórico cultural brasileiro como um ramo de atuação no setor público.

O público-alvo do projeto era composto por discentes dos cursos Técnico em Serviços Públicos e Tecnólogo em Gestão Pública. O projeto teve como objetivos: incentivar a conscientização dos estudantes para a valorização e a preservação do patrimônio cultural; produzir o sentimento de pertencimento, olhando o patrimônio como história, memória e parte integrante do desenvolvimento brasileiro; encorajar a visitação a museus e centros culturais da cidade; e conhecer patrimônios culturais de Brasília.

No dia 16 de maio de 2019, iniciou-se a execução do projeto no auditório do Campus Brasília. O coordenador técnico do Iphan-DF ministrou a palestra intitulada “Patrimônio Cultural – Histórico, Legislação e Desafios”, com cerca de 150 participantes, e contou com a participação do professor do campus Samambaia, que esteve à frente da parceria entre IFB e Iphan, sendo o responsável pelo Núcleo de Restauro do IFB.

Figura 1 – Credenciamento e abertura das palestras – auditório do IFB



Fonte: Elaborada pelos autores.

Durante os dias 21, 22 e 23 de maio, os estudantes participaram de visitas técnicas ao Museu Vivo da Memória Candanga (MVMC), para conhecer um pouco da história do que foi o primeiro hospital de Brasília. O acervo do Museu é composto pelas edificações históricas, objetos e fotografias da época da construção da capital. O MVMC também oferece oficinas para a transmissão dos saberes e fazeres que dão testemunho das diferentes manifestações artísticas regionais presentes em Brasília (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Figura 2 – Estudantes em visita ao MVMC



Fonte: Elaborada pelos autores.

Nos mesmos dias supramencionados, os participantes visitaram, também, o Memorial Juscelino Kubitschek, que conta em detalhes a história do ex-presidente que dá nome ao local. O memorial tem, em seu acervo, grande quantidade de quadros, medalhas, roupas de época, além de muitos outros objetos pessoais, como homenagens e presentes recebidos no exercício do cargo de presidente do Brasil.

Figura 3 – Estudantes em visita ao Memorial Juscelino Kubitschek



Fonte: Elaborada pelos autores.

Cabe destacar que o projeto oportunizou transporte gratuito aos participantes - estudantes e docentes -, também conseguindo o acesso guiado a todos os museus, com isenção de ingresso.

Metodologia e Apresentação dos Resultados

Para a execução e a avaliação deste projeto, foi utilizada uma abordagem metodológica de alcance descritivo, que busca apresentar características de um fenômeno e tendências de uma população. A metodologia caracterizou-se pelo seu cunho quantitativo, apoiada no instrumento de questionários. A justificativa para realizar a avaliação desse projeto era conhecer as percepções dos participantes acerca do tema Patrimônio Cultural, promovidas pelo projeto, bem como descrever caminhos a serem percorridos para o aperfeiçoamento da formação dos participantes.

Na primeira etapa, foi aplicado um questionário com o objetivo de identificar o conhecimento prévio dos participantes sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro. Em seguida, foi dado início ao processo de intervenção, que contou com um encontro,

aberto à comunidade, no qual os participantes assistiram a palestras sobre o tema. Em datas posteriores, foram realizadas visitas aos dois espaços culturais anteriormente citados. Posteriormente à participação nessas atividades, aqui denominadas intervenções, foi aplicada a avaliação de satisfação com o objetivo de verificar com os estudantes aspectos positivos e negativos do projeto, tais como a programação do evento, desenvolvimento da visita técnica, organização das atividades e atendimento da expectativa individual.

Após o levantamento dos dados, foi realizada a comparação de ambos os questionários para averiguar se a intervenção atingiu aos objetivos anteriormente propostos. Os resultados estão expostos a seguir.

Tabela 1 – Você sabe o que é Patrimônio Cultural?

VALOR	ANTES DA INTERVENÇÃO	APÓS A INTERVENÇÃO
Sim	44%	74%
Não	23%	2%
Não respondeu	33%	24%
Total	100%	100%
RESPONDENTES	82	91

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quando questionados acerca do que era Patrimônio Cultural Brasileiro, a resposta foi impactante, tendo em vista que, inicialmente, apenas 44% afirmaram conhecer tal conceito. Pode-se observar que, após o projeto, o índice de estudantes que não sabiam o que era patrimônio reduziu.

A esse respeito, Medeiros e Surya (2009) afirmam que, por meio da educação patrimonial, a população consegue ter conhecimento do seu passado e, assim, aprender a valorizar e a respeitar a sua história. Para Ferreira da Silva e Alves da Silva (2017), a educação patrimonial pode ser compreendida como uma ferramenta de socialização, integração e cidadania. A sua promoção possibilita que as pessoas conheçam, entendam, interajam e preservem o patrimônio. A sociedade precisa perceber a herança cultural como algo próximo, e não como algo intocável.

Rezende (2019) atesta que, em geral, a população associa a preservação ao tombamento e à manutenção do bem. Segundo a autora, este é um pensamento equivocado, uma vez que a noção de preservação deve ser vista como uma ação

preventiva, que inclui a conscientização do usuário. A autora esclarece que o tombamento é a forma legal de assegurar a preservação, devendo a população ser inserida no processo, sendo garantida sua apropriação e o uso do patrimônio.

Tabela 2 – Quais desses locais você considera como culturais?

LOCAL	ANTES DA INTERVENÇÃO	DEPOIS DA INTERVENÇÃO
Museu/Memorial	88%	91%
Teatro	70%	79%
Complexo Cultural	73%	78%
Cinema	44%	61%
Feira coberta	30%	54%
Show	36%	47%
Futebol	26%	29%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base na Tabela 2, pode-se constatar um aumento no número de lugares entendidos como culturais pelos participantes, evidenciando um crescimento no nível de reconhecimento proporcionado pelo projeto. Isso porque os mesmos passam a considerar culturais, também, os bens “não consagrados”, o que demonstra o rompimento de uma percepção limitada por parte desses discentes. Laraia (2001) afirma que a compreensão das diferentes culturas é importante, pois só assim é possível evitar condutas preconceituosas.

Para Grunberg (2007), existem dois tipos de patrimônios: os bens culturais consagrados e os não consagrados. O primeiro abarca os bens reconhecidos pelo povo e protegidos por lei; já o segundo corresponde aos bens do cotidiano, a cultura viva e a dinâmica do nosso dia a dia. A autora reitera que aceitar as diferentes culturas existentes é uma forma de reconhecer a não existência de uma cultura superior.

Como exemplo de patrimônios consagrados no Distrito Federal, podemos citar os bens tombados pelo Iphan: Memorial Juscelino Kubitschek, Museu Vivo da Memória Candanga, Teatro Nacional, Memorial dos Povos Indígenas, entre outros. Quanto ao tombamento no âmbito do Distrito Federal, podemos mencionar o Cine Brasília, os Jardins de Burle Marx, o Reservatório Elevado de Ceilândia, o Teatro Dulcina de Moraes e vários outros lugares (DISTRITO FEDERAL, 2017b). Há, ainda, os patrimônios imateriais registrados pelo Distrito Federal, por exemplo: o Bumba Meu Boi do Seu

Teodoro, o Clube do Choro de Brasília, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, a Via Sacra de Planaltina, a Praça dos Orixás e a Festa de Iemanjá (DISTRITO FEDERAL, 2017a).

Como bens não consagrados, podemos destacar os conhecidos pastéis da rodoviária do Plano Piloto, que agradam ao paladar popular desde 1960; o cine drive-in, em funcionamento desde 1973; e as feiras cobertas, que também são espaços de cultura. Madeira e Veloso (2007) relatam que a feira sempre foi local de práticas e transmissão de saberes, lugar de trabalho, lazer, celebrações e aprendizado.

Diante de tamanha diversidade cultural, é fundamental a participação das instituições de ensino e da população para a preservação do patrimônio e a ruptura do preconceito existente com os bens não consagrados. Deve-se ampliar o que pode ser considerado cultural, promovendo-se a consciência de que tudo pode ser patrimônio, inclusive as expressões que, não raro, são consideradas polêmicas ou mesmo ilegítimas, a exemplo do funk e do grafite.

Quando os discentes foram questionados sobre quais lugares que haviam frequentado nos últimos seis meses, o cinema (37%) foi o lugar de maior destaque, seguido dos museus/memoriais (16%), das feiras cobertas e shows (12%). Esses dados impressionam, pois mostram que os cinemas são mais acessados quando comparados aos museus e complexos culturais, mesmo estes últimos sendo, em sua maioria, gratuitos.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Museus ([20--?]), no Brasil existem, atualmente, 3.790 museus. Em contrapartida, a Agência Nacional do Cinema (2018) afirmou, no Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro de 2018, que o Brasil tinha 809 complexos de cinema, quantidade bastante inferior em relação à quantidade de museus e centros culturais. A pesquisa Cultura nas Capitais revela que 62% dos entrevistados em Brasília costumam ir a cinemas, 48% a shows, 30% a museus e 25% a teatros (LEIVA; MEIRELLES, 2018).

Durante o projeto, pôde-se observar que o Museu Vivo da Memória Candanga era o local menos conhecido pelos participantes: apenas 6% o conheciam. Nesse sentido, Benhamou (2017 apud SÔNEGO, 2017) relata que as escolas são essenciais no processo de ensino da importância do patrimônio cultural. As instituições de ensino devem organizar visitas técnicas com maior frequência, pois, se não se cria o hábito de consumir cultura na infância, dificilmente será criado na fase adulta. A autora afirma que o interesse pelo patrimônio não é inato. Nessa perspectiva, uma pesquisa da Oi Futuro e Consumoteca (2019) mostrou que 55% dos entrevistados tiveram o primeiro

contato com museus em excursões escolares. Tal pesquisa demonstra a importância das instituições de ensino para a difusão da cultura brasileira.

Na análise dos dados, um fato chama a atenção: ao longo do projeto, 90% dos estudantes declararam ser importante a preservação do patrimônio cultural. Acredita-se que ter consciência da importância da preservação é necessário, mas só isso não basta. Rezende (2019) afirma que é interessante que a população se aproprie do bem, utilizando-o nas suas práticas culturais, pois, somente por meio do uso, a preservação poderá ser realizada efetivamente, sendo o cidadão peça fundamental nesse processo.

No decorrer do projeto, os estudantes puderam visitar o Memorial Juscelino Kubitschek e o Museu Vivo da Memória Candanga, ambos desconhecidos por parte dos discentes. Quando perguntados sobre a possibilidade de retornar aos locais, 88% responderam que tinham interesse em retornar nos próximos 12 meses, sozinhos ou acompanhados por amigos e familiares. Isso é primordial para a cultura, visto que, a partir do momento em que se cria o hábito de visitar locais culturais com os filhos, eles compreendem a importância daquele espaço. Para Cançado (2015), levar os filhos a museus, teatros, cinemas e festivais amplia o repertório cultural, tornando a criança mais inclusiva e capaz de desenvolver o seu olhar crítico.

Correia (2018 apud VALLE, 2018) acredita que a falta de hábito é uma das razões que afastam os brasileiros dos museus, além do estereótipo de que o museu só tem “coisa velha”, e da dificuldade em ver o museu como espaço de lazer, entre outros fatores.

Cerca de um ano após a realização do projeto, foi enviado o terceiro questionário a todos os participantes, com a finalidade de verificar a efetividade no nível de conscientização para preservação do patrimônio cultural, como dever profissional e cidadão, bem como o nível de conscientização acerca dos direitos de acesso a tais espaços. Trinta e quatro discentes retornaram com os formulários preenchidos, sendo 76% do sexo feminino e 24% do sexo masculino, e cerca de 70% com idade entre 17 e 30 anos, e 18% com idade entre 31 e 40 anos.

Após serem questionados se a participação no projeto havia os motivado a convidar alguém para conhecer os espaços culturais de Brasília anteriormente visitados, 84,8% responderam que sim e 15,2% dos estudantes afirmaram que não. Do total de novos visitantes, apenas cerca de 9% afirmou ter visitado novamente o Museu Vivo da Memória Candanga ou o Memorial Juscelino Kubitschek, levando filhas(os), mães/pais ou amigas(os). De acordo com os participantes, o que os motivou a revisitar os lugares foi a possibilidade de conhecer e relembrar a evolução da história de Brasília,

permitindo aprendizado e valorização dessa história, além de relembrar momentos da infância dos pais. Quanto aos demais estudantes motivados em conhecer espaços culturais, 91% não conseguiram revisitar os mesmos museus em decorrência da falta de recursos financeiros para os percursos e ingressos, da dificuldade de acesso ao local do Museu Vivo da Memória Candanga, da precariedade do transporte público, e, mais recentemente, da impossibilidade de acesso devido à pandemia de Covid-19.

Apesar disso, cerca de 73% dos estudantes conseguiram visitar outros espaços culturais, por exemplo, a Caixa Cultural, o Museu Nacional da República, a Catedral de Brasília, o Congresso Nacional, o Banco Central, a Torre de TV, além de cinemas, teatros, feiras e festas culturais.

É possível observar que os principais lugares visitados pelos discentes após o projeto estão situados na região central de Brasília, local de fácil acesso, próximo de estações do metrô e da rodoviária. Nota-se que são espaços com entrada gratuita, que promovem atividades variadas para todas as faixas etárias. Isso comprova que a localização e a gratuidade influenciam no acesso à cultura presente na cidade.

Ao questionar se os estudantes se recordavam do projeto e de suas atividades como uma contribuição para o seu crescimento cidadão e profissional, cerca de 91% responderam que sim. A mesma porcentagem afirma que, quando visitam outros espaços culturais de Brasília, lembram da experiência vivenciada no projeto “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro”, estando mais atentos aos espaços e aos monumentos públicos que podem compor o Patrimônio Cultural Brasileiro.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi identificar as contribuições geradas no nível de conscientização e de preservação do Patrimônio Cultural a partir da implantação do projeto intitulado “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro”, desenvolvido no âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB). Os resultados foram reveladores; afinal, poucos participantes conheciam a importância do Iphan, ou o que era patrimônio, além das percepções limitadas a respeito do que poderia ser considerado cultural. Foi possível concluir que o projeto contribuiu, significativamente, para a formação acadêmica dos participantes, uma vez que as palestras e as visitas técnicas incentivaram o aumento da conscientização dos mesmos para a valorização e a preservação do patrimônio cultural; encorajaram a visita aos museus e centros culturais da cidade; e estimularam a criação do sentimento de pertencimento, fazendo-

os observar o patrimônio como história, memória e parte integrante do desenvolvimento brasileiro.

Outro fato relevante a ser comentado é que, cerca de um ano após o projeto, o conceito de bens culturais, internalizado pelos participantes, foi ampliado, demonstrando a efetividade do projeto implantado. Entre os respondentes, 90% consideram importante a preservação do patrimônio e 92% afirmaram que o Instituto Federal de Brasília, por meio do fomento e do incentivo de ações de pesquisa e extensão nessa área, é um importante promotor do processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, favorecendo a formação de cidadãos e de profissionais conscientes. Ademais, o projeto impactou os estudantes positivamente, haja vista que 90,9% afirmaram lembrar das ações desenvolvidas no projeto, principalmente quando visitam espaços culturais, enquanto 97% dos estudantes alegaram que o projeto “O Serviço Público em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro” foi importante para a sua formação.

Verificou-se ainda, que 88% dos discentes pretendem voltar aos museus visitados no projeto, quer seja para aprofundar a visita, quer seja para compartilhar o conhecimento com alguém (amigos e familiares). No entanto, um ano após a realização do projeto, apenas 9,1% dos estudantes conseguiram revisitar os locais citados, evidenciando que os museus visitados são espaços culturais não tão acessíveis a um público socialmente mais vulnerável, como se caracteriza grande parte dos estudantes do Instituto Federal de Brasília.

Os resultados alcançados mostram a necessidade contínua de projetos que envolvam práticas de Educação Patrimonial, como estratégias de fortalecimento e de valorização da cultura brasileira, pois a conscientização é um processo longo de aprendizado e de maturidade cidadã. Tais ações, certamente, incentivarão a ocupação dos espaços culturais pelos discentes e cidadãos, tanto como fontes de conhecimento quanto de lazer.

Diante do exposto, infere-se que os resultados obtidos nessa pesquisa ressaltam a relevância do assunto para a plena formação, profissional e cidadã, dos estudantes da área de gestão pública do Instituto Federal de Brasília.

Referências

AMARAL, B. H. R. Cultura tem papel fundamental no desenvolvimento de uma nação. **Consultor Jurídico**. 15 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jul-15/mp-debate-cultura-papel-fundamental-desenvolvimento-nacao>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Manifestações culturais e Arte-Educação na América Latina

Ampliação do conceito de cidadania e da conscientização sobre o Patrimônio Cultural no ensino profissionalizante
DOI: 10.23899/9786589284130.5

ANCINE. Agência Nacional do Cinema. **Anuário estatístico do cinema brasileiro**. 2018. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/anuario_2018.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 53. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

CANÇADO, C. Por que você deve levar seu filho a museus? **Mães que educam**. 22 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.maesqueeducam.com.br/2015/01/22/passeios-em-museus/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016**. Institui a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, DF, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Patrimônio imaterial**. 29 nov. 2017a. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-imaterial>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Patrimônio material**. 29 nov. 2017b. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/patrimonio-material>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **MVMC 30 anos**: oficinas de saber fazer mantém viva a arte trazida pelos candangos. 7 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/mvmc/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GANZER, A. A. Turbilhão de sentimentos e imaginações: as crianças vão ao museu, ou ao castelo... In: LEITE, M. I.; OSTETTO, L. E. (Orgs.). **Museu, educação e cultura**: encontros de crianças e professores com a arte. Campinas, SP: Papyrus, 2005. p. 85-92.

GERALDO, A. F.; CARNEIRO, N. P. **A cultura no processo do ensino e aprendizagem da Educação Infantil**. [S. l.: s. n.], [2015]. Disponível em: <<https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/especial/2.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

GUZZO, A. C. P. A importância do estudo do patrimônio histórico para o resgate da memória. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. **Cadernos PDE**, Curitiba, v. 1, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_uni-centro_hist_artigo_ana_cristina_provin.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

HUDSON, F.; COSTA, F. F. (Orgs.). **Oficina-escola de restauro de mobiliário moderno**. Brasília: Ed. IFB, 2018.

Manifestações culturais e Arte-Educação na América Latina

Ampliação do conceito de cidadania e da conscientização sobre o Patrimônio Cultural no ensino profissionalizante
DOI: 10.23899/9786589284130.5

IFB. Instituto Federal de Brasília. **Resolução nº 014/2014/CS-IFB**. Anexo III da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Brasília, DF: IFB, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Plataforma Museusbr**. [20--?]. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

IPHAN. **Educação patrimonial**. [20--?]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEIVA, J.; MEIRELLES, R. **Cultura nas capitais**: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MADEIRA, A.; VELOSO, M. **Um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília**. Brasília: IPHAN – 15ª Superintendência Regional, 2007.

MALTÊZ, C. R. *et al.* Educação e patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 39-49, nov. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4840>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

MEDEIROS, M. C. de; SURYA, L. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s. n.], 2009, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0135.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MYANAKI, J. *et al.*; ALMEIDA, R. A. de (Coord.). **Cultura e Turismo**. Caminhos do Futuro. ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007.

OI FUTURO; CONSUMOTECA. **Museus**: narrativas para o futuro. [s. l.: s. n.], maio 2019. Disponível em: <<https://oifuturo.org.br/pesquisa-museus-2019/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

PEREGRINO, U. Patrimônio cultural: uma construção da cidadania. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. **Caderno temático**, João Pessoa, v. 2, p. 4-5, 2012.

REZENDE, E. Patrimônio arquitetônico: preservar não é apenas tomar. **ER Consultoria**. 14 maio 2019. Disponível em: <<http://eliana-rezende.com.br/patrimonio-arquitetonico-preservar-nao-e- apenas-tomar>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ROCHA, T. S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 18, Mariana – MG. **Anais...** Ouro Preto: EDUFOP, 2013, p. 1-12. Disponível em: <https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SILVA, A. R. F. da; SILVA, T. A. A. da. Desafios da educação patrimonial em museus: um estudo na Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. B. (Orgs.). Educação Patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares. **Caderno temático**, João Pessoa, v. 6, p. 82-93, 2017.

Manifestações culturais e Arte-Educação na América Latina

Ampliação do conceito de cidadania e da conscientização sobre o Patrimônio Cultural no ensino profissionalizante
DOI: 10.23899/9786589284130.5

SILVA, M. A. da. História, preservação patrimonial e informática: algumas possibilidades. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 146-161, 2006. Disponível em:
<<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/110/450>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

SÔNEGO, D. Há uma forte propensão a se considerar tudo como patrimônio cultural. **Época Negócios**. 20 mar. 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2017/03/ha-uma-forte-propensao-se-considerar-tudo-como-patrimonio-cultural.html>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

VALLE, L. Consolidação do hábito de frequentar museus também passa pela escola. **Instituto Claro Educação**. 17 maio 2018. Disponível em:
<<https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/consolidacao-do-habito-de-frequentar-museus-tambem-passa-pela-escola/>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2009. Disponível em:
<<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/145/521>>. Acesso em: 2 nov. 2019.